



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

## **ATO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DIRETOR**

### **RESOLUÇÃO INEA N° 243 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021**

DÁ PUBLICIDADE AOS PREÇOS PÚBLICOS UNITÁRIOS DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO 2022.

**O Presidente em Exercício do Conselho Diretor do Instituto Estadual do Ambiente (Inea)**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual n° 5.101, de 04 de outubro de 2007, o art. 8°, XVIII do Decreto Estadual n° 46.619, de 02 de abril de 2019, na forma que orienta o Parecer RD n.º 02/2009, da Procuradoria do Inea, e conforme deliberação do Conselho Diretor do Inea, em reunião realizada no dia 04 de novembro de 2021, processo administrativo n° SEI-07/002.003230/2019,

#### **CONSIDERANDO:**

- ser o Inea o órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos e o responsável pela preservação, conservação e controle dos corpos hídricos, superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com a Lei Estadual n° 5.101, de 04 de outubro de 2007, e com o Decreto Estadual n° 41.628, de 12 de janeiro de 2009, bem como a Lei Estadual n° 4.247, de 16 de dezembro de 2003;
- a Lei Federal n° 9.433, de 08 de março de 1997, e a Lei Estadual n° 3.239, de 02 de agosto de 1999, as quais instituem as respectivas Políticas de Recursos Hídricos e estabelecem a cobrança pelo uso de recursos hídricos como um dos instrumentos destas citadas Políticas;

- a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro, e define os preços públicos unitários transitórios para a cobrança pelo uso de águas estaduais;
- a Resolução CERHI-RJ nº 197, de 15 de agosto de 2018, que dispõe sobre os procedimentos para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, de que trata a Lei Estadual 4.247/2003;
- a Nota Técnica nº. 03/2019/GEAGUA, de 30 de outubro de 2019;
- a Nota Técnica nº. 03/2020/GEAGUA, de 04 de novembro de 2020;
- a Nota Técnica nº. 01/2021/GERAGUA/DIRSEQ, de 22 de outubro de 2021.

## RESOLVE:

**Art. 1º** Dar publicidade à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dos últimos 12 meses apurado em setembro de 2021, equivalente a 10,25%, para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, conforme determina a Resolução CERHI-RJ nº 197, de 15 de agosto de 2018.

**Parágrafo único** – Os Preços Públicos Unitários (PPUs) de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, a vigorar em 2022, por setor usuário, para cada comitê de bacia atuante no Estado do Rio de Janeiro serão aqueles indicados na Tabela 1.

Tabela 1- Preços Públicos Unitários (PPUs) a vigorar em 2022, por setor usuário, para cada comitê de bacia atuante no Estado do Rio de Janeiro.

Comitê de Bacia	Região Hidrográfica	Setor Usuário	PPU (R\$/m <sup>3</sup> )
Baía da Ilha Grande	RH I	Saneamento, Indústria e outros	0,05850
		Agropecuária	0,05850
		Aquicultura	0,05850
		Mineração de areia	0,05850
Guandu	RH II	Saneamento, Indústria e outros	0,04891
		Agropecuária	0,04891
		Aquicultura	0,04891

Médio Paraíba do Sul	RH III	Saneamento, Indústria e outros	0,05850
		Agropecuária	0,00147
		Aquicultura	0,00117
Piabanha	RH IV	Saneamento, Indústria e outros	0,05850
		Agropecuária	0,05850
		Aquicultura	0,05850
Baía de Guanabara	RH V	Saneamento, Indústria e outros	0,04891
		Agropecuária	0,04891
		Aquicultura	0,04891
Lagos São João	RH VI	Saneamento, Indústria e outros	0,04891
		Agropecuária	0,00117
		Aquicultura	0,00093
Rio Dois Rios	RH VII	Saneamento, Indústria e outros	0,09359
		Agropecuária	0,00234
		Aquicultura	0,00188
Macaé e das Ostras	RH VIII	Saneamento, Indústria e outros	0,05850
		Agropecuária	0,05850
		Aquicultura	0,05850
Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	RH IX	Saneamento, Indústria e outros	0,05850
		Agropecuária	0,00147

		Aquicultura	0,00117
--	--	-------------	---------

**Art. 2º** O cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, realizado com base nos mecanismos e valores definidos pelo CERHI-RJ para o exercício 2022, será efetuado considerando os preços públicos unitários constantes da Tabela 1.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO DAEMON D'OLIVEIRA SILVA**  
Diretor de Licenciamento Ambiental,  
na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Diretor do Inea  
Id. f. 4347957-0

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Daemon D Oliveira Silva, Diretor**, em 05/11/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **24454341** e o código CRC **10D37FC8**.